



# DIÁRIO OFICIAL

## EXECUTIVO

### O QUE É O SC.DIÁRIO?

O SC.Diário é o instrumento oficial onde são publicados os atos das diversas entidades da administração pública.

### ACERVO

Todas as edições do SC.Diário estão disponíveis no endereço <http://diario.alcantaras.ce.gov.br>, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

### PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Todas as edições do SC.Diário são geradas apenas em dias úteis.

### CONTATOS

Tel: (88) 3640-1033

E-mail: [prefeitura@alcantaras.ce.gov.br](mailto:prefeitura@alcantaras.ce.gov.br)

### ENDEREÇO COMPLETO

Rua: Antunino Cunha, S/N - 62120000

### INFORMAÇÕES DO ASSINANTE

**ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:**  
Procuradoria Geral do Município de Alcântaras

**DATA:** 08/06/2020

<http://diario.alcantaras.ce.gov.br>



**Município de Alcântaras - Decreto - PRORROGA O CONFINAMENTO DOMICILIAR (TOQUE DE RECOLHER), BEM COMO ADOTA MEDIDAS DE ISOLAMENTO RESTRITIVAS, COMO FORMA DE INTENSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA MUNDIAL, DECORRENTE DA COVID-19 (DOENÇA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO Nº 20200607-1, DE 07 DE JUNHO DE 2020.**

***PRORROGA O CONFINAMENTO DOMICILIAR (TOQUE DE RECOLHER), BEM COMO ADOTA MEDIDAS DE ISOLAMENTO RESTRITIVAS, COMO FORMA DE INTENSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA MUNDIAL, DECORRENTE DA COVID-19 (DOENÇA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**DECRETO Nº 20200607-1, DE 07 DE JUNHO DE 2020.**

***PRORROGA O CONFINAMENTO DOMICILIAR (TOQUE DE RECOLHER), BEM COMO ADOTA MEDIDAS DE ISOLAMENTO RESTRITIVAS, COMO FORMA DE INTENSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA MUNDIAL, DECORRENTE DA COVID-19 (DOENÇA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pel Art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Alcântaras; e,

**CONSIDERANDO** que a necessidade de adoção das medidas para obstar a contaminação ou a propagação do novo coronavírus (Sars-Cov-2) deverá guardar proporcionalidade com a extensão da situação de emergência;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Estadual n.º 33.617, de 07 de junho de 2020, que recomenda ao município de Alcântaras a adotar medidas de isolamento mais restritivas em razão dos dados epidemiológicos preocupantes obserbvados pelas autoridades de saúde;



**CONSIDERANDO** o disposto no **Decreto Estadual n.º 33.617 de 07 de junho de 2020**, que prorrogou, no âmbito estadual, as medidas restritivas de enfrentamento à COVID-19, notadamente o de seu art. 2º, inciso II, que prorroga o isolamento social, bem como de acordo com a realidade epidemiológica e do sistema de saúde local e regional, os municípios também poderão adotar medidas mais restritivas;

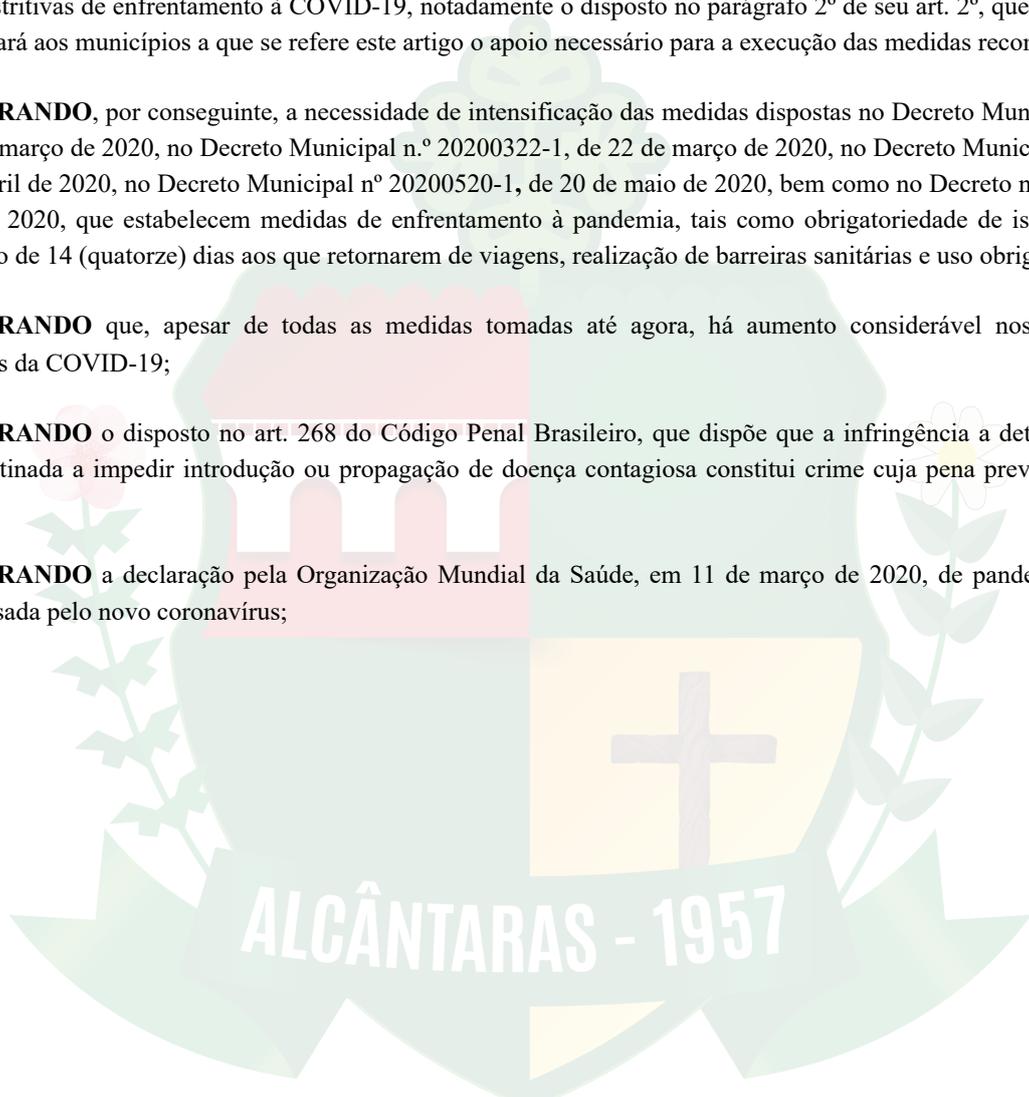
**CONSIDERANDO** o disposto no **Decreto Estadual n.º 33.595, de 20 de maio de 2020**, que prorrogou, no âmbito estadual, as medidas restritivas de enfrentamento à COVID-19, notadamente o disposto no parágrafo 2º de seu art. 2º, que diz que o Estado do Ceará prestará aos municípios a que se refere este artigo o apoio necessário para a execução das medidas recomendadas;

**CONSIDERANDO**, por conseguinte, a necessidade de intensificação das medidas dispostas no Decreto Municipal n.º 20200317-1, de 17 de março de 2020, no Decreto Municipal n.º 20200322-1, de 22 de março de 2020, no Decreto Municipal n.º 20200419-1, de 19 de abril de 2020, no Decreto Municipal n.º 20200520-1, de 20 de maio de 2020, bem como no Decreto n.º 20200531-1, de 31 de maio de 2020, que estabelecem medidas de enfrentamento à pandemia, tais como obrigatoriedade de isolamento domiciliar pelo período de 14 (quatorze) dias aos que retornarem de viagens, realização de barreiras sanitárias e uso obrigatório de máscaras;

**CONSIDERANDO** que, apesar de todas as medidas tomadas até agora, há aumento considerável nos números de casos confirmados da COVID-19;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 268 do Código Penal Brasileiro, que dispõe que a infringência a determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa constitui crime cuja pena prevista é de detenção e multa;

**CONSIDERANDO** a declaração pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus;





**CONSIDERANDO** a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, nos termos da Portaria n.º 188/2020, do Ministério da Saúde, editada com base no Decreto Federal n.º 7.616/2011;

**CONSIDERANDO** a necessidade da adoção de medidas para promover o isolamento social da população durante o período excepcional de surto da doença, sendo já senso comum, inclusive de toda a comunidade científica, que o isolamento constitui uma das mais importantes e eficazes medidas de controle do avanço do vírus;

**CONSIDERANDO** a situação excepcional em que estamos vivendo, a exigir das autoridades públicas ações mais restritivas no sentido de barrar o avanço da disseminação do novo coronavírus (covid-19), preservando a saúde da população, sobretudo das pessoas mais vulneráveis à contaminação;

**CONSIDERANDO** o crescente aumento, no Estado do Ceará, inclusive neste Município, do número de casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus, e que, para conter este crescimento, é de suma importância a diminuição, ao máximo, da circulação de pessoas no território municipal;

**CONSIDERANDO** ser a vida do cidadão o direito fundamental de maior expressão constitucional, sendo obrigação do Poder Público, em situações excepcionais, agir com seu poder de polícia para a proteção desse importante direito, adotando todas as ações necessárias, por mais que, para tanto, restrições a outros direitos se imponham;

**CONSIDERANDO** que o avanço da COVID-19 pelo interior Estado é uma realidade preocupante que se vem enfrentando, a exigir do Poder Público a adoção de medidas mais rigorosas de isolamento social em alguns municípios onde verificados dados epidemiológicos sensíveis da COVID-19, objetivando conter o ritmo de proliferação da pandemia, afastando o risco potencial de comprometimento da capacidade do sistema de saúde;

**DECRETA:**



**Art. 1º.** Este Decreto dispõe sobre a **prorrogação das medidas de confinamento domiciliar**, bem como de **isolamento social** previsto no Decreto Municipal n.º 20200317-1, de 17 de março de 2020, e nos decretos municipais posteriores, em especial no Decreto Municipal Decreto n.º 20200531-1, de 31 de maio de 2020, que instituiu o isolamento social rígido no âmbito de todo o território do Município de Alcântaras.

**Art. 2º** Até o **dia 14 (quatorze) de junho de 2020**, o Decreto Municipal n.º 20200317-1, de 17 de março de 2020, e os decretos municipais posteriores, **permanecerão em vigor** em todo município, observados, quanto à sua aplicabilidade, os **critérios de isolamento social** definidos neste Decreto.

**Parágrafo Único.** No período a que se refere o *caput*, deste artigo, **permanecerão em vigor** todas as medidas gerais e regras de isolamento social previstas neste Decreto, as quais estabelecem:

- I - eventos de qualquer natureza, público ou privado, com aglomeração de pessoas;
- II - atividades coletivas em espaços e equipamentos públicos e privados, tais como shows, festas, congressos, reuniões, torneios, jogos, apresentações teatrais, sessões de cinema, comemorações ou qualquer tipo de evento que cause aglomerações;
- III - reuniões, para quaisquer fins, realizadas em âmbito público ou privado que ensejem aglomerações;
- IV - aulas presenciais em estabelecimentos de ensino, públicos e privados;
- V - feiras de qualquer natureza.

**Art. 3º** Será **permitido, até o dia 14 (quatorze) de junho de 2020**, em todo o território no Município de Alcântaras, obedecendo todos os protocolos de higiene e de segurança preconizados pelas autoridades de saúde e a OMS – Organização Mundial de Saúde:

- I- os mercantis, supermercados ou congêneres, no horário de 06:00 as 12:00 horas. No turno da tarde, o serviço comercial será por atendimento de entrega (delivery);
- II- as farmácias poderão funcionar somente nos horários de 07:00 as 19:00 horas;
- III- os postos de gasolina funcionarão nos horários de 06:00 as 17:00 horas;



IV- as padarias funcionarão nos horários de 05:00 as 10:00 horas e das 14:00 as 17:00 horas;

V- as funerárias terão horário de funcionamento de 06:00 as 12:00 hs, na qual somente ficará autorizado o funcionamento na parte da tarde, sendo obrigatório demonstrar a extrema necessidade de abrir o estabelecimento;

VI – o funcionamento do Mercado Público será das 07:00 as 12:00 para atendimento ao público e das 14:00 as 17:00 horas funcionara apenas para uso do caixa eletrônico , com o controle de entradas para evitar aglomeração.

§ 1º As borracharias, oficinas e serviços de lava-jatos realizarão seus trabalhos de forma interna, ficando de portas fechadas, sendo proibida qualquer tipo de aglomeração no entorno ou dentro do estabelecimento, obedecendo todos os protocolos de higiene e de segurança preconizados pelas autoridades de saúde e a OMS – Organização Mundial de Saúde.

§ 2º Os serviços não considerados essenciais deverão funcionar através de atendimento de entrega (*delivery*) e os serviços de salão de beleza poderão ser realizados em domicílio do cliente, obedecendo todos os protocolos de higiene e de segurança preconizados pelas autoridades de saúde e a OMS – Organização Mundial de Saúde.

§ 3º. Caso os operadores das entregas (*delivery*) e os profissionais da beleza apresentarem qualquer sintomas gripais, bem como temperatura acima de 37°C, estes serviços deverão ser proibidos.

**Art. 4º** A atividade de construção civil poderá retornar suas atividades com a quantidade máxima de até 10 (dez) empregados, obedecendo todos os protocolos de higiene e de segurança preconizados pelas autoridades de saúde e a OMS – Organização Mundial de Saúde

**Parágrafo Único:** Caso alguma pessoa que esteja envolvida com as obras (empregador, empregados, engenheiros, dentre outras funcionários) integre o grupo de risco, a mesma deve ser afastada dos serviços, bem com se qualquer pessoa apresentar sintomas gripais e temperatura acima de 37°C deverá ser paralisada a obra.



**Art. 5º** Os depósitos de materiais de construções deverão funcionar somente através de sistema de entrega (*delivery*), nos horários de 06:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00.

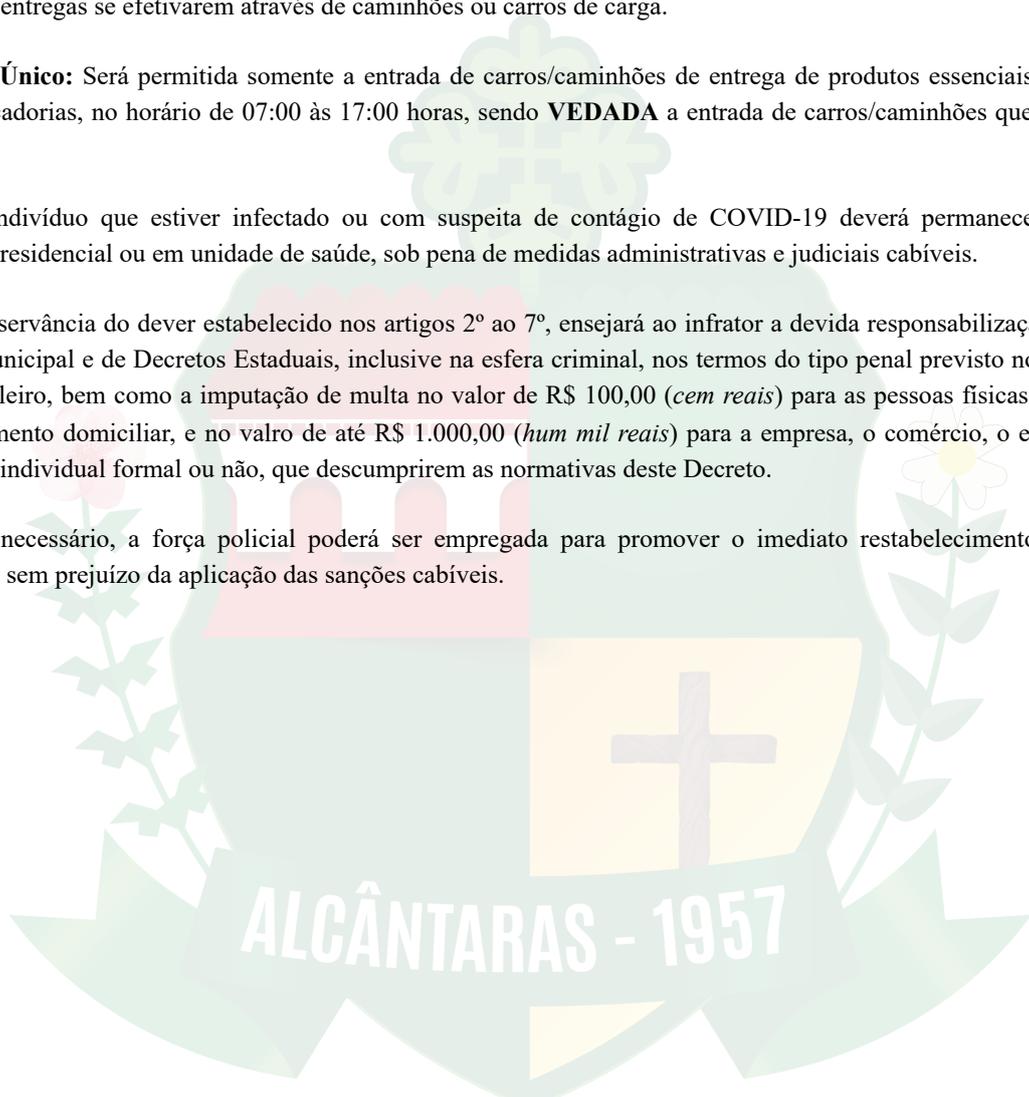
**Art.6º** Fica terminantemente **PROIBIDA** a entrada no Município de Alcântaras de qualquer tipo de vendedor/ambulante/representante/pracista que venha a Alcântaras na busca de vender seus produtos, devendo o comerciante interessado na compra entrar em contato diretamente com a empresa para realizar suas compras por meio eletrônico ou telefônico, devendo as entregas se efetivarem através de caminhões ou carros de carga.

**Parágrafo Único:** Será permitida somente a entrada de carros/caminhões de entrega de produtos essenciais a subsistência e de outras mercadorias, no horário de 07:00 às 17:00 horas, sendo **VEDADA** a entrada de carros/caminhões que contenham bebidas alcoólicas.

**Art.7º** O indivíduo que estiver infectado ou com suspeita de contágio de COVID-19 deverá permanecer em confinamento obrigatório residencial ou em unidade de saúde, sob pena de medidas administrativas e judiciais cabíveis.

**§ 1º** A inobservância do dever estabelecido nos artigos 2º ao 7º, ensejará ao infrator a devida responsabilização, nos termos deste Decreto Municipal e de Decretos Estaduais, inclusive na esfera criminal, nos termos do tipo penal previsto no art. 268 do Código Penal Brasileiro, bem como a imputação de multa no valor de R\$ 100,00 (*cem reais*) para as pessoas físicas que desobedecerem ao confinamento domiciliar, e no valor de até R\$ 1.000,00 (*hum mil reais*) para a empresa, o comércio, o estabelecimento ou o empresário individual formal ou não, que descumprirem as normativas deste Decreto.

**§ 2º** Caso necessário, a força policial poderá ser empregada para promover o imediato restabelecimento do confinamento obrigatório, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.





**Art. 8º** Fica estabelecido o dever geral de **permanência domiciliar**, consistente na **vedação à circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas**, ressalvados os casos de extrema necessidade que envolvam:

I - o deslocamento a unidades de saúde para atendimento médico;

II - o deslocamento para fins de assistência veterinária;

III - o deslocamento para atividades ou estabelecimentos liberados;

IV - circulação para a entrega de bens essenciais a pessoas do grupo de risco;

V - o deslocamento para a compra de materiais imprescindíveis ao exercício profissional;

VI - o deslocamento a quaisquer órgãos públicos, inclusive delegacias e unidades judiciárias, no caso da necessidade de atendimento presencial ou no de cumprimento de intimação administrativa ou judicial;

VII - o deslocamento a estabelecimentos que prestam serviços essenciais ou cujo funcionamento esteja autorizado nos termos da legislação;

VIII - o deslocamento para serviços de entregas;

IX - o deslocamento para o exercício de missão institucional, de interesse público, buscando atender a determinação de autoridade pública;

X - a circulação de pessoas para prestar assistência ou cuidados a idosos, a crianças ou a portadores de deficiência ou necessidades especiais;

XI - o deslocamento de pessoas que trabalham em restaurantes, congêneres ou demais estabelecimentos que, na forma da legislação, permaneçam em funcionamento exclusivamente para serviços de entrega;

XII - o trânsito para a prestação de serviços assistenciais à população socialmente mais vulnerável;

XIII - deslocamentos em razão da atividade advocatícia, quando necessária a presença do advogado para a prática de ato ou o cumprimento de diligências necessárias à preservação da vida ou dos interesses de seus clientes, vedado qualquer tipo de atendimento presencial em escritório, mesmo que com hora marcada, sendo assegurada a comunicação presencial com clientes que estejam presos;



XIV – os deslocamentos para outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

§ 1º Fica determinado o **confinamento domiciliar obrigatório** em todo o território do Município de Alcântaras, ficando proibida a circulação de pessoas, exceto quando necessário para acesso aos serviços essenciais ou para a sua prestação, ou EM CASO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA, sendo em todas as situações necessária a comprovação às autoridades que fiscalizarem o cumprimento da medida, a partir das 20:00 horas até às 05:00 horas do dia seguinte.

§ 2º Para a circulação excepcional autorizada na forma do *caput*, deste artigo, deverão as pessoas portar documento ou declaração, nos termos do modelo constante do ANEXO I deste decreto, a ser subscrita pelo portador da mesma, demonstrando o enquadramento da situação específica na exceção informada, admitidos outros meios idôneos de prova.

**Art. 9º** O cumprimento da política de isolamento social rígido será objeto de ostensiva fiscalização por agentes da Secretaria da Saúde do Município, das Forças Policiais do Estado e demais órgãos estaduais de fiscalização, Vigilância Sanitária, e demais comissões de fiscalização municipal instituídas, ficando o seu infrator submetido à devida responsabilização, na forma dos decretos municipais e dos decretos estaduais em vigor.

**Art. 10** Para fiscalização e aplicação das devidas sanções pela inobservância ao disposto neste Decreto, poderão ser utilizadas imagens digitais, devendo ser averiguadas as suas autenticidades pelos órgãos de fiscalização municipal, no exercício de suas respectivas competências.





§ 1º Para a circulação excepcional autorizada na forma deste decreto, o profissional do serviço de transporte por moto-táxi deverá seguir o horário de 07: 00 às 17:00 horas, sendo vedada terminantemente a aglomeração em posto de trabalho, devendo o profissional permanecer em sua residência. O serviço deverá ser solicitado exclusivamente por contato telefônico ou por meio de aplicativo de transporte.

§ 2º A comprovação de que trata o *caput* deste artigo pelas autoridades poderá ser realizada mediante a identificação da pessoa que está a circular, comprovação da atividade, serviço e destino, além de outras informações que a autoridade julgar necessárias à tarefa fiscalizatória.

**Art. 11** Fica mantido, em todo o Município de Alcântaras, o **dever individual de uso de máscaras de proteção facial**, industriais ou caseiras, por todas as pessoas que forem sair de suas residências, em especial quando do uso de transporte público, individual ou coletivo, ou no interior de estabelecimentos abertos ao público.

**Parágrafo Único.** A inobservância ao disposto neste artigo impedirá o ingresso em transporte público, individual ou coletivo, bem como em estabelecimentos que estejam funcionando, de acordo com este Decreto.

**Art. 12.** Os que descumprirem o disposto neste Decreto, nos Decretos Estaduais e nas demais normas de necessária observância relacionada à pandemia de COVID-19, ficarão sujeitos à responsabilização cível, administrativa e criminal, com aplicação das sanções previstas, inclusive podendo haver comunicação da transgressão às autoridades competentes, tais como: Autoridade Policial, Ministério Público e Poder Judiciário, ressaltando-se a conduta tipificada como crime prevista no art. 268 e 330 do Código Penal Brasileiro.





**Art. 13.** As autoridades administrativas poderão, mediante a lavratura do Auto de Infração/Notificação constante do ANEXO II deste Decreto, proceder à condução forçada de pessoas que descumprirem os normativos citados nos arts. 3º e 4º deste Decreto às autoridades Policiais do Estado do Ceará, para realização dos procedimentos policiais e judiciais cabíveis, sem prejuízo do uso da força policial também na prevenção das infrações e para fazer cessá-las.

**Art. 14.** Ficam prorrogados os serviços das “barreiras sanitárias” em todos os principais acessos ao Município de Alcântaras-CE, os quais serão coordenados e orientados pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Vigilância Sanitária e Assistência Social de seu corpo técnico, bem como instalado o túnel de desinfecção no centro da cidade, na qual as pessoas que adentrarem ao centro da cidade deverão passar pelo túnel e ter sua temperatura devidamente aferida.

**Parágrafo Único.** As autoridades administrativas deverão proceder à identificação do condutor e ocupantes do veículo, bem como, à comprovação da atividade, serviço e destino, além de outras informações necessárias, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial, bem como serão verificadas as temperaturas das pessoas, nas barreiras sanitárias e no túnel de desinfecção, sendo que, caso a temperatura esteja acima de 37°C, a pessoa não poderá circular por qualquer espaço público deste município.

**Art. 15.** Fica prorrogado o ponto facultativo para o serviço público municipal, previsto no Decreto Municipal n.º 20200322-1, de 22 de março de 2020, e nos decretos municipais posteriores, até o dia 14 (*quatorze*) de junho de 2020, mantido o funcionamento dos serviços considerados essenciais, podendo ser determinado trabalho remoto ou teletrabalho, assim determinado por cada secretário titular da pasta.





**Art. 16.** Os procedimentos licitatórios deverão ser realizados de forma alternada ou em dias alternados, obedecendo todos os protocolos de higiene e segurança.

**Art. 17.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir do dia de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS-CE, aos 07 de junho de 2020.

**Joaquim Freire Carvalho**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS**

**Antônio Lourenço Tomás Arcaño – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**

**Francisco dos Santos Gomes – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**DECRETO Nº 20200607-1, DE 07 DE JUNHO DE 2020**

**ANEXO I**

**AUTODECLARAÇÃO DE EXTREMA NECESSIDADE DE CIRCULAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, com RG de nº \_\_\_\_\_ e  
CPF/MF de nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado na  
\_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que  
me enquadro nas hipóteses excepcionais de possibilidade de circulação previstas no Decreto Municipal 20200531 -1, de 31  
de maio de 2020, bem como no Decreto Municipal 20200607-1, de 07 de junho de 2020, devendo, por extrema necessidade,  
circular por vias públicas com o fim de \_\_\_\_\_ (descrever atividade),  
hipótese que é albergada pelos dispositivos legais citados acima, em seu(s) seguinte(s) inciso(s):

- ( ) I - o deslocamento a unidades de saúde para atendimento médico;
- ( ) III - o deslocamento para atividades ou estabelecimentos liberados;
- ( ) IV - circulação para a entrega de bens essenciais a pessoas do grupo de risco;
- ( ) V - o deslocamento para a compra de materiais imprescindíveis ao exercício profissional;
- ( ) VI - o deslocamento a quaisquer órgãos públicos, inclusive delegacias e unidades judiciárias, no caso da necessidade de atendimento presencial ou no de cumprimento de intimação administrativa ou judicial;



- ( ) VII - o deslocamento a estabelecimentos que prestam serviços essenciais ou cujo funcionamento esteja autorizado nos termos da legislação;
- ( ) VIII - o deslocamento para serviços de entregas;
- ( ) IX - o deslocamento para o exercício de missão institucional, de interesse público, buscando atender a determinação de autoridade pública;
- ( ) X - a circulação de pessoas para prestar assistência ou cuidados a idosos, a crianças ou a portadores de deficiência ou necessidades especiais;
- ( ) XI - o deslocamento de pessoas que trabalham em restaurantes, congêneres ou demais estabelecimentos que, na forma da legislação, permaneçam em funcionamento exclusivamente para serviços de entrega;
- ( ) XII - o trânsito para a prestação de serviços assistenciais à população socialmente mais vulnerável;
- ( ) XIII - deslocamentos em razão da atividade advocatícia, quando necessária a presença do advogado para a prática de ato ou o cumprimento de diligências necessárias à preservação da vida ou dos interesses de seus clientes, vedado qualquer tipo de atendimento presencial em escritório, mesmo que com hora marcada, sendo assegurada a comunicação presencial com clientes que estejam presos;
- ( ) XIV - deslocamentos para outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

**Declaro ainda, não estar infectado nem possuir sintomas de infecção pelo novo Coronavírus, de modo a estar isento do dever especial de confinamento previsto no Decreto Municipal 20200531-1 de 31 de maio de 2020, bem como bem como no Decreto Municipal 20200607-1, de 07 de junho de 2020, por fim, que estou utilizando máscara de proteção facial, em observância aos mencionados Decretos Municipais.**

**DECLARANTE** \_\_\_\_\_

**TELEFONE:** \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 20200607-1, DE 07 DE JUNHO DE 2020**

**ANEXO II**

**AUTO DE INFRAÇÃO / NOTIFICAÇÃO**



Aos .....dias do mês de ..... do ano de 2020, diante das medidas relacionadas à Política Pública de Saúde de combate e enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19) estabelecidas pelas autoridades Municipais e Estaduais, em conformidade com o regulamenta este Decreto Municipal nº 20200607-1, de 07de junho de 2020, e Decretos do Governador do Estado do Ceará, ficando constatado QUE, nesta ocasião que a empresa, o comércio, o estabelecimento ou o empresário individual formal ou não, ou a pessoa física \_\_\_\_\_ ESTÁ NA PRÁTICA DE FLAGRANTE CONDUTA tipificada no art. 7.º, §1º, do Decreto Municipal nº 20200607-1, de 07de junho de 2020 e/ou no art. 268 do Código Penal Brasileiro, mesmo após cientificado e notificado, \_\_\_\_\_, o que constitui infração capitulada como crime de desobediência, sem prejuízo de outras tipificações criminais, administrativas e/ou cíveis, podendo ensejar multa conforme disciplinam o Decreto Municipal nº 20200607-1, de 07de junho de 2020, e/ou Decretos Estaduais. E para constar, lavrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 2 (duas) vias de igual forma e teor, o qual vai por mim assinado \_\_\_\_\_ autoridade administrativa e pelo infrator ou representante legal/preposto, oportunidade em que fica notificado para, querendo, no prazo ora concedido de 10 (dez) dias, a partir da presente data, para apresentar defesa escrita, a ser encaminhada ao setor de Tributos e Vigilância Sanitária deste Município.

Autoridade administrativa

(assinatura)

Infrator Notificado ou seu preposto ou seu representante legal

(assinatura)





**Município de Alcântaras - Decreto - REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 760, DE 21 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, SOBRE A SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CONTRAÍDOS POR SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO Nº 20200605-1/2020, DE 05 DE JUNHO DE 2020**

**REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 760, DE 21 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, SOBRE A SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CONTRAÍDOS POR SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO Nº 20200605-1/2020, DE 05 DE JUNHO DE 2020**

**REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 760, DE 21 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, SOBRE A SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CONTRAÍDOS POR SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pel Art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Alcântaras; e,

**CONSIDERANDO** que, na atual fase de enfrentamento da pandemia, a união, o esforço e cooperação de todos, não só do Poder Público, são imprescindíveis ao êxito esperado de preservar ao máximo a vida da população neste período de crise;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a Lei Municipal n.º 760/2020, de 21 de maio de 2020, como forma de amenizar as dificuldades financeiras que o momento de pandemia está acarretando às famílias, notadamente dos servidores públicos municipais notocante ao pagamento das parcelas de empréstimos consignados, que não deixarão de ser pagas, havendo somente um adiamento de algumas parcelas, como lenitivo momentâneo, mas fundamental para que famílias endividadas possam sobreviver a este momento excepcional pelo qual passamos.

**DECRETA:**

**ALCÂNTARAS - 1957**



**Art. 1º.** Este Decreto regulamenta a Lei nº 760, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre a suspensão, em caráter excepcional, do cumprimento de obrigações financeiras referentes a empréstimos consignados contraídos por servidores públicos municipais, no âmbito do município de Alcântaras durante o período de noventa dias.

**Art. 2º** Para os fins deste Decreto, considera-se servidor público municipal, o servidor público civil ativo.

**Art. 3º** A suspensão de que trata o art. 1º da Lei nº 760, de 21 de maio de 2020, trata-se de mecanismo destinado aos servidores públicos municipais, constituindo-se em ferramenta apta unicamente a suspender o desconto do empréstimo consignado diretamente na folha de pagamento do servidor, sem interferência na relação contratual entre este e a instituição financeira.

**§ 1º** A suspensão de que trata o *caput* deste artigo dependerá de requerimento expresso do servidor interessado endereçado diretamente à instituição financeira com a qual tenha firmado o contrato de empréstimo

**§ 2º** De acordo com o art. 3º da Lei ora regulamentada, no tocante à orientação e desenvolvimento de meios de acompanhamentos dos servidores com relação aos procedimentos a serem adotados e intermediar diálogo com as instituições financeiras, o setor de Recursos Humanos da Prefeitura, de posse dos dados do servidor e mediante a iniciativa deste, formalizará o requerimento de suspensão, coletivo ou individual, de acordo com as condições de cada o servidor, devendo este informar a instituição bancária a ser remetido o pedido, à qual o mesmo deverá comparecer pessoalmente para promover renegociação com o representante da mesma.

**§ 3º** As parcelas suspensas deverão ser acrescidas ao final do contrato de empréstimo, conforme disciplina a Lei nº 760/2020.





**Art. 4º** O servidor público municipal que solicitar a postergação do cumprimento de obrigações financeiras em decorrência da aplicação da Lei nº 760, de 21 de maio de 2020, deverá responsabilizar-se pelos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas suspensas.

**Parágrafo único.** A instituição financeira, por sua vez, deverá apresentar, de forma clara e objetiva, um plano de renegociação ou repactuação das parcelas cujos pagamentos sejam suspensos ou postergados, com a indicação dos eventuais encargos financeiros incidentes sobre a suspensão de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 5º** A efetivação da suspensão dos descontos do empréstimo consignado em folha de pagamento deverá ser comunicada às instituições financeiras pela Secretaria de Planejamento e Finanças até o dia 20 de cada mês, enquanto perdurar o caráter excepcional da suspensão.

**Art. 6º** Eventual descumprimento deste Decreto deverá ser imediatamente comunicado à Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Finanças, à qual compete expedir normas complementares à presente regulamentação

**Art. 7º.** Os atos previstos neste Decreto serão convalidados à data da publicação da Lei nº 760, de 21 de maio de 2020.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua edição, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS/CE., 05 de junho de 2020.

Joaquim Freire Carvalho - PREFEITO MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS

Antônio Lourenço Tomás Arcaño – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO



## EQUIPE DE GOVERNO

### PREFEITO

**JOAQUIM FREIRE CARVALHO**

### VICE-PREFEITO

**JOAQUIM BENICIO FILHO**

**ANTÔNIO FERREIRA LOPES**

Secretário(a)

**FRANCISCO EDUARDO DE ALBUQUERQUE**

Secretário(a)

**EDMILSON BEZERRA ARRUDA**

Secretário(a)

**ALDO CARVALHO ARAUJO**

Secretário(a)

**ANA PRISCILA ALCANTARA CARMO MENDES**

Secretário(a)

**GERMANA CRISTINA EMILIANO**

Secretário(a)

**SILVIA LEITÃO FERREIRA**

Secretário(a)

**TARCISIO GLEIDSON ALCANTARA COSTA**

Secretário(a)

**ANA RITA MACHADO FREIRE**

Secretário(a)

**FRANCISCA DANIELA ARAÚJO SOUSA MENEZES**

Secretário(a)

**RAPHAEL GOMES VIANA**

Secretário(a)

**ATAIDE LAURIANO VIEIRA**

Secretário(a)

**MESSIAS FERREIRA LOPES**

Secretário(a)

**ROBERTO ALCANTARA FREIRE**

Secretário(a)



as.ce.gov.br  
JNHA, Nº 361 | CEP: 62120-000



GOVERNO MUNICIPAL DE  
**Alcântaras**